



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 29 | Jun./Dez. de 2023

**Juliana Magalhães Linhares**

*Centro Universitário Inta-UNINTA.*

jullinhares@yahoo.com

## “RESIDENTE NESTA CAPITAL, ORA NA CASA DE UM, ORA NA CASA DE OUTRO”: Condições de moradia das trabalhadoras domésticas em Fortaleza no início do século XX.

---

### RESUMO

No início do século XX, Fortaleza atraía centenas de jovens em busca de trabalho doméstico e por melhores condições de vida. Vindas de outras cidades e estados, tinham como destino a casa de parentes, conhecidos e em alguns casos chegavam sem rumo. Este fluxo migratório, aliado aos períodos de estiagem, fazia com que o número de casebres e choupanas crescesse nos arredores da cidade conhecida pelo seu embelezamento. O objetivo deste artigo é discutir o contraste entre o processo de remodelamento de Fortaleza e as precárias condições de moradia das trabalhadoras domésticas. Relatos de jornais da época, códigos de posturas e imagens da cidade foram essenciais para compreender essa dinâmica.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico, moradia, migrações

---

### ABSTRACT

At the beginning of the 20th century, Fortaleza attracted hundreds of young people in search of domestic work and better living conditions. Coming from other cities and states, they were destined for the home of relatives, acquaintances and, in some cases, arrived aimlessly. This migratory flow, combined with periods of drought, made the number of hovels and huts grow in the surroundings of the city known for its beautification. The purpose of this article is to discuss the contrast between the remodeling process in Fortaleza and the precarious living conditions of domestic workers. Reports from newspapers of the time, codes of posture and images from the company were essential to understand this dynamic

**Keywords:** Housework; home; migrations;

## Introdução

Em 1923, Maria do Carmo Correia, natural de Pernambuco, trabalhava como doméstica na casa de Amandine Theron, situada a Rua Marechal Floriano Peixoto, n. 144, mas não tinha “residência efectiva”.<sup>1</sup> Quinze anos depois, Maria Isabel, natural de Serra Grande,<sup>2</sup> residia no bairro Santo Antonio da Floresta<sup>3</sup> e trabalhava como doméstica na casa de José Vieira Martins, no Morro do Urubú.<sup>4</sup> Os dois bairros eram vizinhos, o percurso era feito muitas vezes a pé pelas trabalhadoras, algumas iam e vinham diariamente, outras moravam na casa do patrão. O trajeto percorrido tanto por Maria do Carmo quanto por Maria Isabel mostra um pouco a circularidade das trabalhadoras domésticas entre estados, municípios e bairros. O que garantia segurança na circularidade era uma rede de solidariedade entre as pessoas envolvidas no arranjo do trabalho. Geralmente, alguém sabia da necessidade de uma trabalhadora, ou um patrão pedindo indicação. Foi assim com Maria Isabel;<sup>5</sup> seu tio relata no testemunho que um conhecido da família informou que José Angelo estava à procura de uma menina para “fazer companhia a sua esposa” e, assim, seu tio Joaquim Vitorino, responsável legal pela menina, que havia ficado órfã, autorizou sua ida.

O trânsito de trabalhadoras vindas de outros estados ou municípios gerava demandas na capital, como moradia, segurança e alimentação, onde se instalavam. Fortaleza tinha como característica o fato de ser caminho ou destino de centenas de retirantes vindos do interior, oriundos dos períodos de estiagem e demais crises econômicas. A presença das estações ferroviárias facilitava o trânsito destas pessoas, eram idas e vindas em busca de uma vida melhor. Maria Isabel, citada acima, era moradora do Bairro Floresta, onde havia uma das principais Estações Ferroviárias desde 1926. Segundo Frederico de Castro Neves (Neves, 2000), a seca de 1900 havia deixado uma população oriunda das cidades do interior, contribuindo com a formação da periferia da capital. Para o período estudado, devemos observar as consequências das secas de 1915, 1919 e 1932, cada uma delas transformava a cidade e sua rotina,

---

<sup>1</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Caixa 04; Nº Processo: 1923/09; Local: Fortaleza; Ação: Furto;

<sup>2</sup> Atual Serra da Ibiapaba

<sup>3</sup> Atual Bairro Álvaro Weyne

<sup>4</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Caixa 03; Nº Processo: 1937/01; Local: Fortaleza; Ação: Ferimentos leves e estupro

<sup>5</sup> Idem.

multiplicava a população e gerava mão de obra excedente na cidade, além de serem responsáveis pelo surgimento de novos bairros na periferia oriundos dos campos de concentração. Muitas destas mulheres vinham à capital em busca de trabalho e se instalavam nos arrabaldes do Centro, que era o local onde muitos outros, vindos de outros lugares, conseguiam se instalar.

Mas esta demanda não era exatamente uma prioridade das autoridades e da elite. Para Sebastião Ponte, o contexto de mudanças sociais profundas, geradas pelo capitalismo que se fortalecia mundialmente no século XIX, trouxe em seu bojo a necessidade de uma “regeneração urbana” (PONTE, 2001). A cidade, tomada como espaço urbano, representava modernidade em contraposição aos sítios e fazendas do espaço rural, relacionados ao atraso. A capital carregava consigo muitas responsabilidades, como ser exemplo de organização, limpeza, vanguarda da moral e dos bons costumes, dentre eles o trabalho, considerado honesto e como forma de controlar as classes mais pobres. Isso fica bem óbvio nas notícias dos jornais e nos processos criminais do início do século XX.

Ainda segundo Ponte (2001), as autoridades tentavam reordenar a cidade a partir da execução da Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios. A nova planta mantinha os traços originais em xadrez, mas avançava alguns limites do perímetro central original, ultrapassando os grandes Boulevards do Imperador, Duque de Caxias e da Conceição.<sup>6</sup> O projeto tinha como objetivo “disciplinar a expansão de Fortaleza” (PONTE, 2001, p. 23) que crescia vertiginosamente desde a segunda metade do século XIX, não só demograficamente, mas também em termos econômicos e de desenvolvimento social. Então, o contexto de transformação da cidade, influenciado pela moda europeia, estava embasado em uma busca pela modernização dos hábitos, das relações sociais e de trabalho no espaço urbano, mesmo que à força das autoridades.

Mas não era só o crescimento populacional que estava mudando a capital. Para o historiador Silva Filho, algumas das construções e reformas de embelezamento da cidade atingiram a maioria da população de forma significativa, advindas de avanços técnicos visualmente perceptíveis na cidade, como a “construção do primeiro arranha céu – o Excelsior Hotel (1931); pavimentação das vias públicas à base de concreto(a); e a emergência da eletricidade na iluminação pública (1934 - 1935)” (FILHO, 2006),

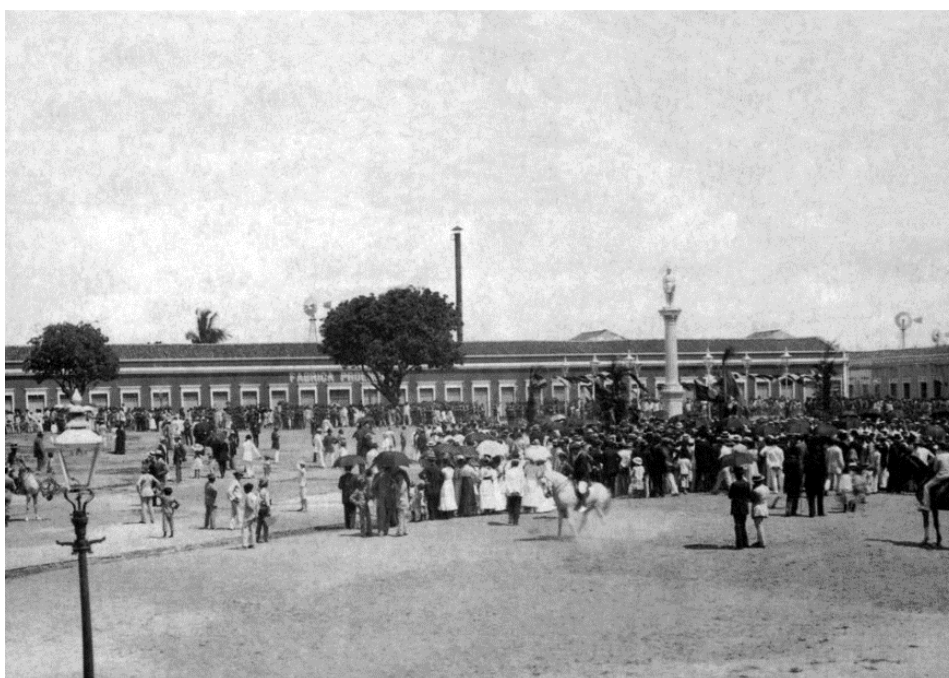
---

<sup>6</sup> Atualmente, Avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel, respectivamente.

além da inauguração do Teatro José de Alencar, na Praça Marques do Herval, da reforma do Parque da Liberdade, a criação do serviço de abastecimento e esgoto e a reforma da Praça do Ferreira. Tudo isto seguia o plano de embelezamento da cidade e o Código de Posturas da Capital, que tratava sobre a organização urbana, suas ruas, prédios e casas.

No entanto, apesar do que almejavam as autoridades e era pautado nos códigos de posturas da capital acerca da estrutura e remodelação dos prédios, residências e ruas, o que os jornais nos mostram é outra realidade. No dia 07 de novembro, um leitor escreveu que “o sr. Prefeito podia lançar suas vistas para a praça Castro Carreira<sup>7</sup>. Bem em frente á Estrada de Ferro, aquelle areal impressiona mal quem chega”<sup>8</sup>.

Figura 5 – Praça Castro Carreira



Fonte: Arquivo Nirez.

A praça que ficava em frente a principal estação de trem da Capital incomodava o leitor por se tratar de um local com grande visibilidade no centro, local de grande movimentação de chegadas e partidas. Para alguns moradores, era um absurdo que uma praça central ainda não tivesse calçamento, no que era um dos maiores símbolos de modernidade. Mas, não era só na praça que as reformas não chegavam. Pouco

---

<sup>7</sup> Atual Praça da Estação em Fortaleza.

<sup>8</sup> Jornal O Ceará. Quarta-feira, 07 de novembro de 1928.

depois desta publicação, o Jornal O Legionário clamava por algum cuidado nas areias onde morava a população mais pobre da capital. A matéria ressalta a admiração aos prefeitos que cuidam em embelezar a cidade: “Bravos! Muito bem! Nós sabemos dar valor às obras estheticas, que, são, aliás, uma exigência do espirito humano.” No entanto, o tom da fala muda ao chegar nas areias, então ele afirma:

[...] a nossa alegria desaparece por completo e muda-se em revolta quando chegamos às areias da capital. Os pobrezinhos numa miséria extrema. Casas condenadas por todas regras de higiene. Areial immenso a encher de vermes e e doenças os homens de amanhã. Areial imemnsso a aumentar de muito o martírio do trabalho do pobre, que depois de lutar o dia inteiro ainda tem que comer quarteirões e queiterões de areia para alcançar sua casinha. Areial imenso a impedir que o operário almoce em família – come, às pressas, alguma cousa fora de casa, o que além de alimenta-lo insuficientemente, mal, ainda o afasta do lar onde sua influencia de esposo e de pae era mais que necessária e onde ele devia beber a influencia familiar. Areial imenso sem luz. Nem alegria sadia o que leva o operário a não amar sua palhoça e a buscar fora de casa a sua distração. Areial imenso onde a instrução só chega pela dedicação dos professores jocistas.

Sr. Prefeito, um administrador que olhar para as areias se immortalizará! Já vemos prefeito para as ruas burguesas. Os pobres também são gente. Não nos lembremos deles apenas para cobrar impostos. Calçamento para as areias, sr. Prefeito! Mas que isto não seja para exigir fios de pedra que os pobres não podem pagar. Que isto nem por sombra vá dificultar os habitantes das areias. Precisamos favorecer o povinho humilde que se abate e define a poucos quilômetros das luzes e belezas do centro da cidade. Conhece o sr. Prefeito o Arraial Moura Brasil? Conhece a Aldeiota? Conhece as areias da Piedade? Conhece as Cambirimbas? Conhece o Croatá?<sup>9</sup>

As areias, como eram conhecidos estes lugares, incomodavam porque representavam os lugares onde o progresso não havia chegado. O calçamento simbolizava a modernidade tão almejada. Muitos dos bairros citados na matéria surgiram oriundos da expulsão da população mais pobre do centro, de forma gradual ou sazonal, em decorrência de períodos de secas. O Arraial Moura Brasil cresceu do surgimento dos campos de concentração que recebiam os flagelados vindos do interior do estado, em 1932, tornando-se um dos principais bairros de moradores que prestavam serviços para o comércio e os domicílios do centro. Mas este não foi o único. Outro bairro oriundo da concentração dos retirantes vindos do interior foi o Bairro do Urubu, onde trabalhava Maria Isabel, doméstica citada no início deste tópico.

---

<sup>9</sup> Jornal O Legionário. Fortaleza, 24 de junho de 1933.

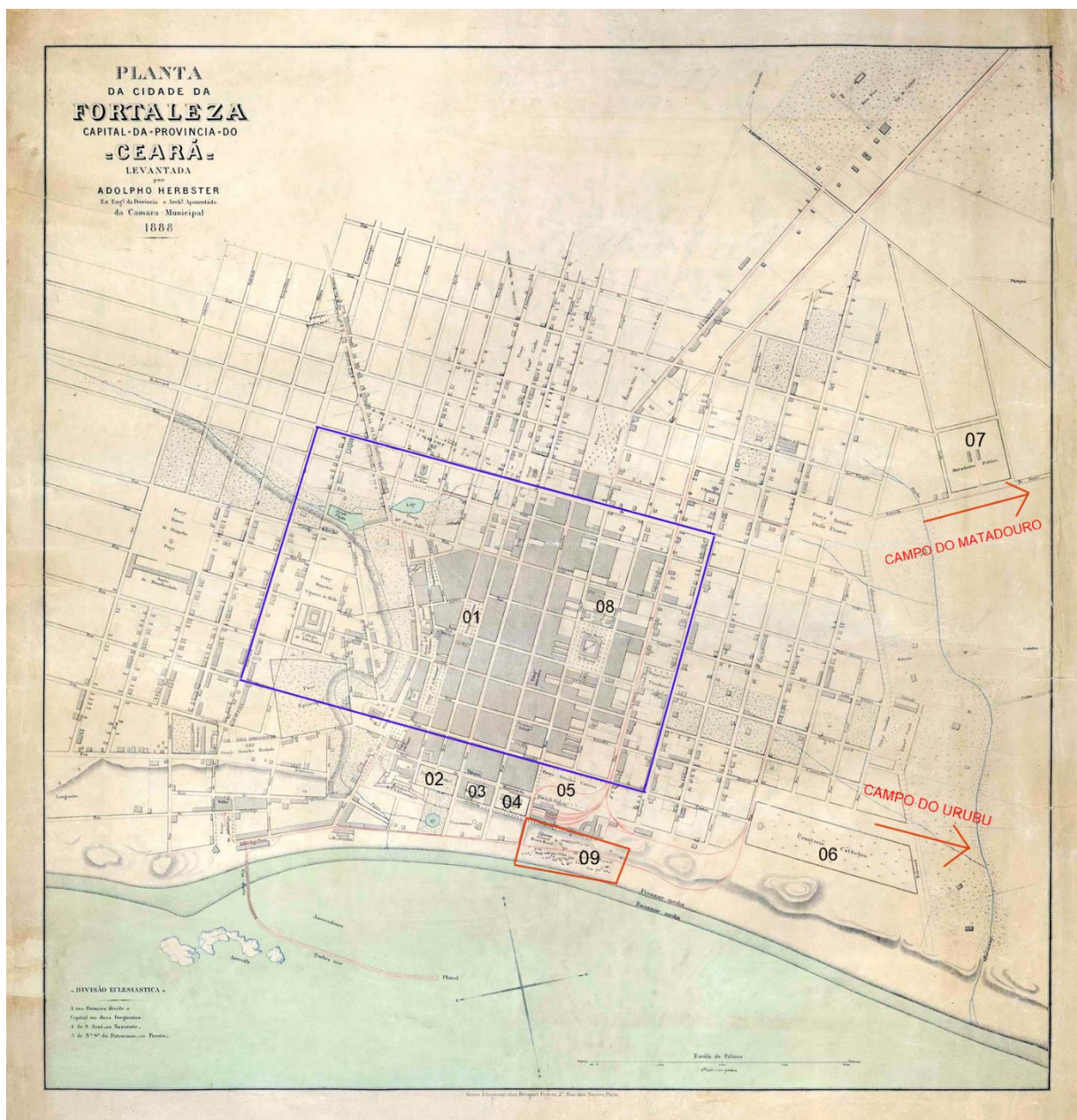
Nestes lugares, obras básicas, como calçamento e saneamento, chegariam muito tempo depois, o que tornava a vida destas pessoas muito precárias.

No processo de agressão sexual que envolvia Maria Isabel, umas das testemunhas era “Cecilia Barros Lima, com vinte e dois anos de idade, casada, doméstica, natural deste Estado, residente no Urubu”. Na sua fala, Cecilia nos conta que conhecia Isabel “desde que esta chegou ao Campo de Concentração em Urubu, no ano de mil novecentos e trinta e dois”; nesta altura, a menina tinha em torno de dez anos de idade. Passados cinco anos, Isabel, que chegou com sua mãe, agora era órfã e morava de forma definitiva com a avó e o tio no Bairro do Urubu. A trajetória de Isabel foi a mesma de milhares de retirantes que chegaram a Fortaleza nos períodos de seca. Para Castro Neves, “o objetivo destas migrações eram as cidades do litoral, especialmente a capital, e os locais onde o governo implementava ou planejava uma obra de grande porte, como uma estrada ou um açude” (NEVES, 2000, p. 121). A chegada de centenas de famílias em Fortaleza e o seu assentamento nas localidades mais distantes do centro reforçava o surgimento da periferia da capital fora do circuito que passava por remodelamento.

Ao observar o mapa da capital, podemos notar de forma nítida a diferença entre as ruas, praças e boulevards e os pequenos casebres distribuídos ao longo da praia no Arraial Moura Brasil e o quanto distante ficavam os bairros do Urubu e da Floresta:

#### Mapa 1 – Fortaleza (1888)





Fonte: Acervo Fortaleza Nobre. Adaptado pela autora.

### Legendas

- - Perímetro central original ultrapassando os grandes Boulevards do Imperador, Duque de Caxias e da Conceição.
  - - Sentido da localização dos campos de concentração que mais tarde se tornaram bairros.
- 01 – Praça do Ferreira  
02 – Passeio Público

- 03 – Santa Casa da Misericórdia
- 04 – Cadeia Pública
- 05 – Estação Ferroviária e Praça Castro Carneiro
- 06 – Cemitério Catholico (Atual Cemitério Parque da Paz)
- 07 – Matadouro Público
- 08 – Teatro José de Alencar
- 09 – Arraial Moura Brasil

Diferentemente do traçado em xadrez organizado e orientado pelos códigos de posturas, o Arraial Moura Brasil crescia aos poucos de forma desordenada na periferia do centro urbano, assim como a comunidade do Urubu e as areias da Piedade, que cresciam pelo litoral oeste da cidade. Apesar do período de seca que o estado passava, o Relatório do Interventor Federal Carneiro de Mendonça, de 1932, mostra que algumas ruas do centro de Fortaleza, como Barão do Rio Branco, General Sampaio, São Paulo, Senna Madureira e Major Facundo, já estavam todas calçadas. Estas eram algumas das principais ruas do centro onde funcionavam o comércio, repartições públicas, bancos, transitava o bondinho e estavam os principais casarões da Capital. A preocupação com o calçamento era tamanha que, no relatório do interventor municipal, foram inseridos dados sobre a quantidade de quilômetros construídos:

Figura 6 – Quilômetros Calçados no Centro

O quadro abaixo demonstra o resultado do esforço da  
Municipalidade:  
Calçamentos novos:

1927	2.607m <sup>2</sup> .		
1928	5.560m <sup>2</sup> .		
1929	11.060m <sup>2</sup> .		
1930	13.709m <sup>2</sup> .		
1931	806m <sup>2</sup> .		
1932	28.201m <sup>2</sup> .	Total em 6 anos	62.043m <sup>2</sup> .
1933	76.214m <sup>2</sup> .		
1934 (8 meses)	41.266m <sup>2</sup> .	Total em 20 mezes	107.480m <sup>2</sup> .

Fonte: Relatório do Interventor Municipal.



Toda essa apreensão reforçava a imagem que as autoridades tinham dos moradores das “Areias”, as casas de pau a pique cobertas com palhas não combinavam com o alargamento das avenidas e o calçamento recém-instalado.

Figura 7 – Arraial Moura Brasil



Fonte: Fortaleza Nobre.

Ao observar a imagem, percebemos o quanto este tipo de habitação em específico não convergia com os equipamentos que condiziam com a modernização da cidade, como, por exemplo, o “Rinck” de patinação construído no Passeio Público. O trajeto entre a Praia Formosa<sup>10</sup> e o centro, nas redondezas da Praça do Ferreira, era regularmente feito a pé pelos moradores, apesar de já existirem os bondes elétricos e as linhas de ônibus. Principalmente é possível perceber a precariedade em que viviam, em contraposição ao que as autoridades e a elite buscavam, por isso a polícia agia nestes bairros de forma tão rígida no combate ao crime e ao vício.

No final da década de 1920, o Jornal “O Ceará” publicou uma série de reportagens mostrando, através de descrições e entrevistas com os moradores, qual era a realidade dos residentes dos bairros considerados mais pobres, “situados nos arredores de Fortaleza, as chamadas areias”.<sup>11</sup> Seriam eles: Morro do Moinho, Croatá,

---

<sup>10</sup> Atual Praia de Iracema.

<sup>11</sup> Jornal O Ceará, 2 de dezembro de 1928.

Gamelleira, Camberinhas, Alta Mira, Prado Velho, Coqueirinho e Lagôa da Onça. Em matéria publicada no dia 5 de dezembro, a reportagem afirma: que “para que se tenha uma impressão nítida da pobreza de Fortaleza é preciso que se faça uma visita de observação aos bairros situados nos subúrbios”; para o jornalista era nesses locais “onde se agita uma população de carregadores, carroceiros, operários, vendeiros, engomadeiras, verdureiras, etc. etc., que vivem na mais negra miséria”. A primeira entrevistada foi a engomadeira Maria Joanna da Conceição, mãe de seis filhos e moradora do Morro do Croatá<sup>12</sup>, situado nas redondezas da Praça Castro Carreira. Para descrever a situação dos habitantes do bairro, o jornal usava adjetivos como “deplorável” e “desprotegidos”<sup>13</sup>; ao adentrar no local, é ainda descrito como “uma villa de choças” com suas “casinhas de palha”; quando é abordado por uma “mulher mal vestida, quase maltrapiha, revelando no seu physico as necessidades por que tem passado na lucta pela vida”. O diálogo seguido do encontro entre a moradora e o jornalista é bem interessante:

- Quem o dr. Está procurando? É a Macaca? Já se mudou.
- Não procuramos ninguém, mas diga-nos quem é a Macaca.
- É uma engomadeira velha, muito conhecida e que trabalhava aqui. Os moços da cidade davam sempre preferencia aos seus serviços de engomado. Eu também já engomei muito bem, mas hoje não posso mais. Vivo sempre doente e a meninada não me deixa tempo para nada.<sup>14</sup>

Em seguida, Maria Joanna se apresenta e estabelece uma conversa mais longa. É uma pena não sabermos mais da engomadeira citada pelo apelido “Macaca”. Seria interessante conhecer um pouco mais sobre a origem do apelido e o que tornava seu trabalho tão valorizado. Sabemos que as engomadeiras, assim como as lavadeiras, tinham uma certa especialização na atividade executada, mas ficaremos com a história de Joanna, que também era engomadeira e fez questão de mostrar sua casa, descrita pelo jornalista como “uma choça coberta com poucas palhas”<sup>15</sup>. Após ser convidado por Maria Joanna, o jornalista entra na sua casa e relata: “Ao penetrar a choupana, tivemos verdadeiro sentimento de dó daquela gente. A mais negra miséria desenhava-se aos nossos olhos. Toda a mobília do casebre, que ameaça cair, a qualquer momento, era constituída por dois tamboretas e um pequeno bahú,

---

<sup>12</sup> O nome Croatá pode ser mencionado algumas vezes de forma diferente: cravatá, cruatá.

<sup>13</sup> Jornal O Ceará, 5 de dezembro de 1928.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Jornal O Ceará, 5 de dezembro, Fl.1.

muito velho.” A história de vida relatada em seguida representa a vida de muitas mulheres pobres que viviam na mesma situação. Joanna era casada e trabalhava como engomadeira, até que seu marido partiu para o Norte em busca de fortuna e nunca mais voltou, deixando-a com seis crianças para criar. Sem poder engomar mais, Joanna vivia dos favores de uma “comadre”, que lhe arranjava rendas para vender nas ruas.

As condições de extrema pobreza uniam essas mulheres pela necessidade; mesmo sem vínculo sanguíneo, havia uma relação de proteção entre elas que, na ausência do estado, sem nenhuma proteção trabalhista, se ajudavam e se protegiam. Havia um sentimento de união e proteção pela classe social, categoria profissional e unidas também pela proximidade geográfica. Os processos crimes nos mostram muito dessa relação. Sebastiana<sup>16</sup>, vulgo “Negra”, não tinha família na cidade e morava na casa de uma conhecida quando furtou uma certa quantia da inquilina da pensão onde trabalhava como doméstica. Na perseguição à Maria Sebastiana, a própria vítima relata em seu depoimento que “seguiram a direção da casa de Maria, transitando assim pelos bairros de Prado, Otavio Bonfim, Alagadiço, Urubú e Jacarecanga”, enfim, chegando ao endereço da amiga com quem a acusada morava. A vítima estudava no internato do Colégio Santa Cecília e se hospedava na casa de D. Nazareth, situada à rua 24 de Maio, no Centro, enquanto Sebastiana morava de favor na casa de uma ou outra conhecida nos bairros da periferia.

Os dados de moradia e local de trabalho presentes nos processos crimes e até mesmo nos anúncios de jornais permitem observar as condições de moradia e os caminhos percorridos por estas trabalhadoras, fosse nas folgas ou a trabalho, além de identificar quais bairros moravam, trabalhavam e se vinham de outras cidades. A ciência das condições de vida da população pobre pelas autoridades torna ainda mais cruel sua existência e a sua manutenção. A comparação entre as publicações dos jornais e o código de posturas mostra a desarmonia em que estava a realidade e o ideal urbano de modernidade. Vale ressaltar que a ideia de ordenamento não se restringia apenas a infraestrutura da cidade; o aformoseamento passava também pelos hábitos da população em busca de moralizá-los e torná-los mais higiênicos, principalmente dos moradores das periferias da capital. Desde o recente período escravista, havia a prática policial em busca por reajustar alguns hábitos populares

---

<sup>16</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Caixa 12; Nº Processo: 1938/02; Local: Fortaleza; Ação: Furto;

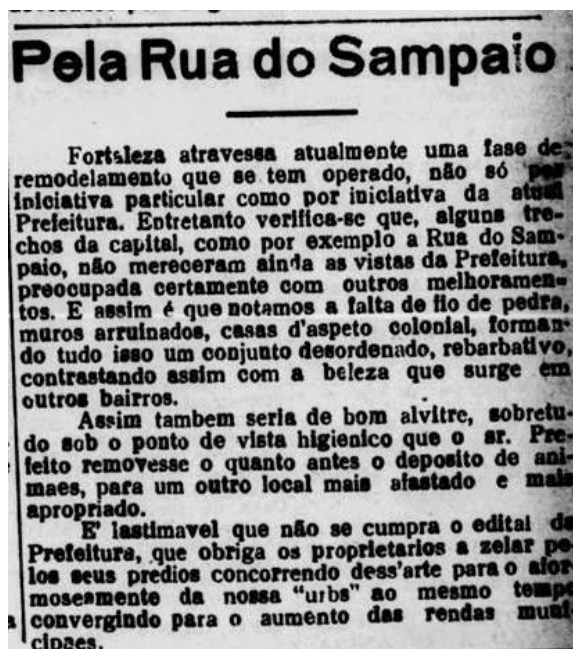
para manter a ordem, combatendo práticas consideradas impróprias como jogos, bebedeiras, prostituição e vadiagem. No período pós-abolição, a vigilância daqueles que moravam nos bairros mais pobres era, sobretudo, pela polícia, que seguia as ordens do Chefe de Polícia do Estado do Ceará e dos delegados da capital.

As notícias da época registravam intensa movimentação das mulheres nas ruas durante o dia e a noite. De forma residual, elas registravam sua presença, o que, muitas vezes, incomodava uma parte da sociedade, que se chocava com os modos de sobreviver das classes pobres. Os periódicos noticiavam diariamente, na parte policial, casos em que tudo isso acontecia, mostrando a movimentação da cidade. Essas notícias ora eram algumas denúncias feitas por moradores, ora pelo próprio periódico. Muitas vezes, o álcool e a prostituição eram constantes no cotidiano destas pessoas, o que chamava bastante atenção. “O Ceará” noticiou no dia cinco de janeiro de 1928 uma movimentação próxima à Rua da Misericórdia; um morador publicou, inconformado, sobre as ruas General Sampaio e Senador Pompeu, que “Aquelle quarteirão compõe-se de ‘frégemôscas’, barbearias – idem – idem, casas escuras e esconsas, antros de tavolagem e outros estabelecimentos de peor espécie”<sup>17</sup>. Já no dia 5 de novembro de 1931, um outro Jornal, “A Razão”, noticiava que:

#### Figura 8 – Jornal a Razão

---

<sup>17</sup> Jornal O Ceará, quinta feira. 5 de janeiro de 1928.



Fonte: A Razão: Independente, Político e Noticioso (CE) – (1929 a 1938.)

É possível perceber com a notícia que, apesar dos esforços em legislar para modernizar e higienizar a cidade, nem todos respeitavam as normas e em alguns pontos da cidade era possível observar aquilo que representava o atraso que as autoridades tanto repudiavam. Pelas ruas, era comum cruzar com vendedores ambulantes, doceiras, lavadeiras, operários indo para as fábricas e, em alguns momentos, centenas de flagelados. Boa parte da população morava na periferia da capital, nos arredores do centro, perto o suficiente para chegar rápido ao trabalho e longe o bastante para não ser visto e notado.

A polícia, na rua, fiscalizava a todos, os motivos de prisão iam desde a perturbação pública, da desordem a embriaguez. Estes foram os motivos da prisão de muita gente, uma delas ocorrida em julho de 1928, quando “Romana Maria de Jesus, com 18 annos de idade, cozinheira, metteu-se hontem pela manhã, em forte bebedeira”<sup>18</sup>. Alguns meses depois foi a vez de “Anna Maria de Araujo, com 23 annos de idade, solteira, cozinheira”<sup>19</sup>, presa na sub-delegacia do Arraial Moura Brasil por “embriaguez, desordens e ofensas á moral”, junto com mais 9 pessoas. Diariamente, os periódicos noticiavam as prisões e os motivos se repetiam: bebedeiras, brigas, desordens, atentado a moral etc. Homens, mulheres, jovens e adultos tinham seus

<sup>18</sup> Jornal O Ceará, Quarta-feira, 25 de julho de 1928

<sup>19</sup> Jornal O Ceará, Sábado, 18 de agosto de 1928.



momentos, muitas vezes, de lazer fiscalizados e alguns até mesmo combatidos pela sociedade em geral.

Os códigos de posturas sempre traziam em seu bojo normas de comportamento para evitar o que consideravam maus hábitos. O código de 1932 reforçou aquilo que os anteriores já normatizavam, ao trazer detalhadamente, no Capítulo II, intitulado Do Sossego e Tranquilidade Pública, tudo mais que deveria ser combatido:

Artigo 399 É proibido, sob pena de multa de 20\$000:

- 1 Dar gritos à noite dentro das zonas central e urbana, depois das 22 horas, sem necessidade ou utilidade;
- 2 Discutir ou altercar em altas vozes nas ruas, praças, passeios ou casas de entrada pública;
- 3 Dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, não sendo no desempenho de deveres do serviço público ou nos casos de legítima defesa da pessoa ou da propriedade;<sup>20</sup>

As constantes perseguições àquelas pessoas consideradas de “mal comportamento” e a tentativa de moralizar hábitos e costumes presentes nos códigos e nos registros dos jornais tinham como principal função padronizar e organizar a cidade. No entanto, não intimidavam os moradores que permaneciam com suas atividades profissionais ou não pelas ruas, pelas praças e ruas do centro; a população mais pobre resistia à tentativa de europeizar a cidade, muitas vezes apenas com a sua existência.

Em 27 de abril de 1937<sup>21</sup>, saiu uma nota no periódico A Razão sobre a prisão de Maria Amelia. Segundo o jornal, “a cozinheira [...] não pode passar sem provar da ‘branquinha’ todos os dias”. A notícia, carregada de juízo de valor, segue reforçando estereótipos sobre as mulheres que não seguem os padrões de comportamento imposto. Então, continua: “dias a Maria toma com regra e dias se excede um em seus ‘pifões’. Ontem, por exemplo, foi um dos dias em que ela não pôde se controlar e assim embriagando-se estava a provocar a todos que tivesses a coragem de passar em sua frente.” A presença e o hábito de beber da Maria incomodam mais do que a falta de moradia, condições de trabalho e fome das classes pobres. O controle não estava apenas nos códigos e na polícia, é possível observar também nas notícias

---

<sup>20</sup> Código de postura de Fortaleza. Fortaleza, 1932, p. 59

<sup>21</sup> Jornal A Razão, 27 de abril de 1937. Fl. 07

quando finalizam a nota da seguinte forma: “O certo é que por infelicidade da Maria e a bem da moral publica, um guarda passou no local em que se encontrava a desordeira, conduzindo-a, com todas as ‘honorarias’, á 2ª Delegacia, onde ela ficou a descompor os percevejos ali existentes.”<sup>22</sup>

Alguns fatores chamam a atenção nos anúncios de jornais acerca de algumas prisões, como a busca pela punição pelo trabalho e a presença da profissão na descrição do infrator. Isto revela a constante preocupação da época com o combate à vadiagem ou a recusa das pessoas em ter um trabalho fixo. Vale ressaltar que as décadas iniciais do século XX foram marcadas pela organização dos trabalhadores em torno de categorias profissionais e sindicatos. No entanto, nem todos trabalhavam em fábricas, ferrovias e comércio. Havia, segundo os censos, centenas de mulheres trabalhando como domésticas entre 1920 e 1940, muitas chefes de família e que tinham como única opção o trabalho doméstico.

Quando o assunto era combate à vadiagem, cabia às autoridades policiais vigiarem e fazer cumprir a ordem, aplicando o que dizia a legislação do Código Penal, Civil e o Código de Posturas da Capital. Muitos artigos publicados nestes códigos tinham como objetivo principal combater a justamente a vadiagem, vigiando quem não possuía profissão definida, moradia e família. O Artigo 399 do Código Penal de 1890, ao falar sobre Vadios e Capoeiras no Capítulo XIII, os definia como aqueles que deixavam de “exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistncia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes”<sup>23</sup>.

Fica nítido que o conceito de vadiagem naquele período foi consolidado com algumas características consideradas essenciais, como não ter uma profissão, não ter domicílio fixo, não ter uma postura considerada ilícita contra a moral e os bens costumes. Ao ser preso, além da prisão, que poderia ir de 15 a 30 dias, o acusado ainda poderia “Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias contados do cumprimento da pena”. A pena, para aqueles entre 14 e 21 anos, era diferente, por serem considerados menores de idade, mas ela existia da seguinte

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil-1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm). Acesso em: 23 abr. 2017.

forma: “Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos”.<sup>24</sup>

Se bem atentarmos, iremos perceber que a coerção ao trabalho foi bastante utilizada como forma de trazer dignidade às classes pobres. Mas como as mulheres poderiam ter liberdade para escolher a profissão a seguir? Enquanto algumas dependiam da autorização de pais, tios ou maridos para seguir uma profissão, a maioria trabalhava desde a infância para sobreviver. Por fim, é fácil perceber que, ao mesmo tempo em que havia uma preocupação muito grande em coagir ao trabalho e aformosear a cidade, o mesmo não acontecia com relação às condições de trabalho e moradia das trabalhadoras. Assim, uma linha muito tênue separava a vadiagem do trabalho nas ruas, tornando cada vez mais vulnerável e precarizada a vida destas mulheres que trabalhavam como domésticas, fosse em casa ou na rua.

## Referências

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder**: em São Paulo no século XIX. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua**: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. 179f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2011.

NEVES, Frederico de Castro. “Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915)”. *Trajetos*, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 55-70, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/19993>. Acesso em: 01 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

RIOS, Kenia Sousa. **Campos de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001. (Coleção outras histórias; 2).

\_\_\_\_\_. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Imprensa Universitária, 2014.

---

<sup>24</sup> BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil-1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm). Acesso em: 23 abr. 2017.

(Estudos da Pós-Graduação). Disponível em:  
<http://www.repositoriobib.ufc.br/00003b/00003b5c.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Rumores**: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950)

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e; MUSEU DO  
CEARÁ. Fortaleza: imagens da cidade. Fortaleza: Museu do Ceará;  
Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2001. 133p. (Coleção Outras  
histórias). Fortaleza: Museu do Ceará, 2006. 151 p. (Coleção Outras histórias, 48).

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço  
doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do  
Rio de Janeiro, 1850 – 1920). 2017. 583 f. Tese (Doutorado em História) –  
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados: Mulheres negras e trabalho  
doméstico em São Paulo (1880-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos  
anos de 1920 e 1930**. 2009. 217 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade  
Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza-CE, 2009.

---

**Juliana Magalhães Linhares**

Professora de Educação superior há 7 anos,  
com pesquisa na área de História do Brasil, com  
ênfase em História do Ceará. Atuando na linha  
de pesquisa de História social da escravidão e  
do trabalho. Coordenação de História das  
Faculdades INTA.

**Lattes:**

[lattes.cnpq.br/1341793282507886](http://lattes.cnpq.br/1341793282507886)

---

**Artigo recebido em:** 17 de julho de 2023.

**Artigo aprovado em:** 06 de dezembro de 2023.